Amazônia: de Eldorado a Zona Franca

Roberto Monteiro de Oliveira³³

Resumo

O artigo desvela a história da exploração da riqueza da Amazônia brasileira pela cobiça estrangeira, desde o mito do Eldorado até sua transformação em Zona Franca. Nesse processo, os povos amazônicos (indígenas e caboclos) foram compelidos à homogeneização cultural e transformados em força de trabalho barata, ainda que não sem impor formas de resistência.

Palavras-chave: Amazônia; Indígenas; Zona Franca.

Resumen

El artículo revela la historia de exploración de la riqueza de la Amazonia brasileña, desde el mito de El Dorado hasta su transformación en zona libre. En este proceso, los pueblos amazónicos (indígenas y los agricultores itinerantes) se vieron obligados a homogeneización cultural y servir de mano de obra barata, aunque no sin imponer formas de resistencia.

Palabras-clave: Amazonia; Indígenas; Zona Franca.

Introdução

“Um dia, contam, toda a gente ouviu da banda onde sae o Sol um estrondo grande, que fez tremer a terra.

Um pagé velho, que estava ahí riu gostoso, depois disse: “Quem sabe, amanhã mesmo já chegam os comedores de gente que se pintam na minha imaginação.” (sic)

Os companheiros estavam perto, ouviram isso, perguntaram logo que novidades ele via.

Elle respondeu: “Há duas semanas já que eu vejo na minha mente gente que tem costumes feios subir este rio. Eles comem gente como onça.”

Logo, dizem, os companheiros perguntaram o que era bom fazer adiante desta gente. O pagé respondeu: “Vocês esfreguem bem o uirari nos kurabis para elles não deixarem vivo quem eles espetarem. Homens e mulheres, todos hão de brigar.” Ninguém há de correr em face do inimigo, havemos de matar todos eles. Nosso pai o Sol, nossa mãe a Lua, conhecem já a nossa valentia.” Amanhã antes de nosso pai o Sol levantar-se, o filho do nosso tuicháua deve ir em cima da Serra do Tejú, para de la vigiar quando esta gente chega.” O pagé só disse assim.

Aquelle estrondo grande que fez a terra tremer, dizem, foi este mesmo pagé velho que o fez para mostrar a toda gente o seu poder.

*Três dias depois o filho do tuicháua viu uma porção de gente subindo o rio, veio logo contar. O pagé então disse para o tuicháua: “Tuicháua, junta já a nossa gente, vamos esperar esta gente ruim na cachoeira.” Si elles bulirem conosco havemos de brigar com eles; si chegarem como gente boa, como gente boa havemos de encontrá-los....” (cf. Kukuhi - Lenda baré. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo 104, v. 158, 1928, p. 740-741).*

33 Analista em Ciência e Tecnologia do INPA/MCT – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. robertoam@globocom

Esta lenda baré nos diz qual a intenção dos índios no trato com os estrangeiros sejam quais forem as suas procedências. Cordiais e hospitaleiros com aqueles que demonstrarem possuir estas qualidades. Altivos e fortes com aqueles que se apresentarem como sendo gente ruim.

Infelizmente, os europeus, ou mais precisamente os portugueses e espanhóis, não chegaram como gente boa como imaginava o velho pagé, mas como gente ruim. É importante afirmar logo de início o caráter imoral dos europeus na apropriação predatória da Amazônia. O princípio ético que norteou os comportamentos e atitudes dos europeus na conquista dos chamados povos ultramarinos, por si só, explica e justifica toda a perversidade usada contra essas pessoas, não só na América como na África, na Ásia e em todos os outros lugares: “*ultra aequinotialem non peccatur*”. (Não se comete pecado além da linha do Equador).

A partir desse princípio não há o que discutir, tudo é permitido. Assassínatos cruéis e violentos das nações indígenas, abuso e violação das índias, escravização dos negros e dos índios, depredação da natureza, etc. Aos europeus conquistadores tudo é permitido para satisfazer aos objetivos do Estado e dos súditos: enriquecimento rápido e fácil, a qualquer custo.

Diferentemente das nações indígenas amazônicas, os civilizados europeus colocam como princípio e disposição das suas relações, com os chamados povos ultramarinos, a permissividade em todos os níveis. Esta será a marca indelével imposta à Amazônia pelos conquistadores europeus que acompanhará toda a sua trajetória histórica e geográfica: ser uma região colonial, uma região cujo projeto de desenvolvimento autóctone foi abortado pelos europeus, massacrando e matando as nações indígenas e reduzindo os sobreviventes a condições subumanas.

A fase de conquista da Amazônia pelos europeus está envolvida pelo mito expansionista do Eldorado, o lugar do enriquecimento rápido e fácil, país utópico onde havia ouro em extrema abundância e onde se havia refugiado o último dos incas com todos os seus tesouros. Esta lenda, durante o século XVI, induziu muitos aventureiros a diversos pontos da Amazônia.

A continuidade desta "internacionalização" ocorre através da reorganização do espaço amazônico enquanto zona franca, marca indelével das políticas públicas de desenvolvimento regional desde meados do século passado.

A mercantilização da Amazônia

O historiador português Jaime Cortesão (1965, p. 356) faz um estudo geocartográfico minucioso sobre o mito do Eldorado e outros mitos amazônicos para concluir que se trata de mitos expansionistas:

Dois ilustres historiadores, o paraguaio Manoel Domingues e o argentino Enrique de Gandia, numa série de trabalhos, mostraram à evidência que as lendas do Lago Dourado, das Amazonas e da Casa do Sol, correspondem a realidades históricas e fatos da civilização incaica, transmitidos e deformados pelos índios, que os não conheciam perfeitamente, e pelos conquistadores espanhóis, que os adaptaram à sua cultura de Europeus e às suas preocupações de guerreiros e homens de prêsa.³⁴ São tipicamente mitos de Conquista, criados pela imaginação ardente e o caráter heróico dos conquistadores, que não souberam descortinar, nas informações dos indígenas do Amazonas e do Alto-Paraguai, a miragem das opulências do império dos Incas. Essas lendas revestem-se nas narrativas espanholas numa espécie de alucinação visual, reflexo das aventuras prodigiosas de Cortez e Pizarro. Muito mais da última. Na essência brotaram do tumultuoso desejo de continuar a pilhagem dos palácios maravilhosos onde as paredes, os vasos e os objetos mais variados da suntuária, eram ou se diziam ser de ouro, prata e pedras preciosas. Nelas o aspecto geográfico é acessório e vago. E falta-lhes orgânica política.

Ao contrário, o mito português é essencialmente geográfico e político. O elemento maravilhoso apresenta-se como secundário e importado. Não passa dum prolongamento da miragem incaica.

De fato, a Amazônia foi sempre considerada uma área de expansão da fronteira de grandes negócios. Atualmente, as frentes expansionistas vindas do Pacífico e do Atlântico se encontram aqui na Amazônia, fenômeno denominado pelos geógrafos comprometidos com o grande capital de “fechamento da fronteira”. Daí a agudização dos problemas inerentes à expansão capitalista: depredação da natureza, fomento de guerras interétnicas, concentração da terra, enfim, precarização dos padrões da vida. É esse o futuro que vai chegando.

Do ponto de vista doutrinário, a legitimação do status colonial da Amazônia decorre de toda a literatura produzida, visando desenvolver o mercantilismo que podemos sintetizar no seguinte:

[as colônias] devem: primeiro dar a metrópole um maior mercado para seus produtos; segundo; dar ocupação a um maior número dos seus (da metrópole) manufatureiros, artesãos, e marinheiros; terceiro, fornecer-lhe uma maior quantidade dos artigos de que precisa. (HENRI, 1981, p. 59).

Assim, se aplica à Amazônia as palavras de Eduardo Galeano (1979, p. 14) sobre a América Latina:

(...) desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos.

Se examinarmos a função da Amazônia no processo histórico e geográfico do ocidente,

34 O autor remete à DOMINGUES, Manoel. *El alma de la raza*; e GANDIA, Henrique. *História crítica de los mitos de la conquista americana*, Madri, 1909.

verificaremos que as principais atividades econômicas que lhe foram atribuídas referem-se, sempre, à exploração extrativa predadora de seus recursos naturais e humanos. Inicialmente, foram as *drogas do sertão* e o extermínio das nações indígenas resistentes ao colonialismo. Posteriormente, a exploração das gomas elásticas e das resinas e a degradação dos nordestinos, dos caboclos e das remanescentes tribos indígenas. Atualmente é a vez dos recursos minerais, das madeiras nobres e dos fármacos.

Na verdade, a Amazônia contemporânea dos incentivos fiscais emerge no contexto da criação das zonas francas em todo o mundo capitalista. Trata-se de uma estratégia elaborada nos centros internacionais do poder para resolver a crise de concentração de capital nos países capitalistas hegemônicos, ocorrida na década de 1960.

Além disso, a Amazônia tinha como agravante contra si uma conjuntura política em que o Estado brasileiro vivia uma ruptura de um processo de aproximação com o socialismo, e altamente favorável a adequação do país às novas orientações do capitalismo internacional. Com isso, houve todo um redimensionamento das relações dos centros do capitalismo com suas periferias. Ou, mais precisamente, houve uma atualização histórica e geográfica do colonialismo, o neo-colonialismo. Ao projeto de constituição da Amazônia cabocla, o Estado brasileiro vem impondo através de sucessivas tentativas, a Amazônia moderna, através dos incentivos fiscais, os quais desenham arbitrariamente a geografia amazônica:

É a Amazônia da borracha, fazendo jorrar dinheiro fácil e abundante, mas fugaz, como chuva de verão; a Amazônia dos retirantes nordestinos que fugiram à seca para sucumbir no meio da selva sob picadas do mosquito transmissor da malária, ou vítimas das extorsões do sistema de aviamento; a Amazônia da SPEVEA, (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia), (sic) que nasceu e morreu à sombra da constituição de 1946; a Amazônia da SUDAM, (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), criada à imagem e semelhança da SUDENE, que apesar de todas as esperanças, ainda não deu certo; a Amazônia da Zona Franca de Manaus, (SUFRAMA), carregada de potencialidades, mas incapaz de alçar vôo.

É a Amazônia dos projetos faraônicos, que vão sendo deglutidos pela selva, que avulta qual gigantesca jibóia verde, se a moderna tecnologia não transformar a região em um deserto; A Amazônia dos missionários, que, ao penetrarem na selva e nos igarapés, e ali fixarem residência, ao longo dos últimos quatro séculos, para levarem o evangelho às populações indígenas, foram obrigados a entrar em conflitos; às vezes mortais com aventureiros da civilização ocidental, a fim de preservar os direitos das populações autóctones.

É a Amazônia, sonhada pelos técnicos da Rand Corporation, com a formação de grandes lagos, que facilitariam a circulação humana na área, e proporcionariam acesso mais fácil às riquezas não submersas; A Amazônia das correntes migratórias do extremo-sul, de moto-serra em punho, sonhando em repetir, talvez em vão, na linha do Equador, a epopéia que os notabilizou nos climas temperados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina; e, finalmente a Amazônia, onde, segundo a antropóloga Margareth Mead, todas as civilizações pereceram até hoje, exceto os

indígenas.

Essas múltiplas facetas da região e a originalidade que o trópico úmido representa para a humanidade industrializada e desenvolvida, explicam talvez em parte, o enigma, ainda não desvendado, de uma ocupação da Amazônia, capaz de aproveitar sua potencialidade, sem destruir a matriz de sua permanente renovação. (BARROS, 1989, p. 3).

Na verdade, essa situação denuncia a incompetência das elites detentoras do poder regional em propor e fazer valer um projeto político de desenvolvimento, a partir das necessidades sentidas e manifestas pela população, partindo das potencialidades regionais.

A Amazônia indígena e cabocla

Entretanto, são “várias Amazônias” as que vão se sucedendo no tempo ou mesmo coexistindo sem que a Amazônia perca os seus traços originais:

A caracterização do estado sócio-cultural das sociedades indígenas sul-americanas no momento da conquista europeia é um esforço que data dos trabalhos de Alfred Métraux, que a partir de 1928 começou o exame dos primeiros escritos dos cronistas. Nos anos recentes, intensificaram-se as pesquisas deste tipo entre os especialistas das terras baixas da América do Sul, e seus objetivos se ampliaram. Hoje em dia, não se trata mais apenas de “reconstituir” uma cultura material ou um sistema mágico-religioso anterior. Ao considerar a distância que separa as sociedades do passado daquelas do presente, trata-se hoje de compreender por que mecanismos, externos e internos, o trabalho da história se exerceu sobre sistemas sociais tidos por frios ou insensíveis a seus efeitos. [...] Estas pesquisas estão modificando a visão tradicional das sociedades amazônicas como sendo sociedades pequenas, atomizadas, autônomas (“self-contained”, como dizem os anglo-saxões) ou mesmo isoladas umas das outras, que dominou a antropologia americanista desde o século XIX até bem recentemente. Aglomerados restritos de grupos locais ligados pelo parentesco, característicos da situação contemporânea, só servem hoje como exemplares de si mesmos. Longe de atestar a fixidez de um eterno ameríndio (como se diz, em francês, o “eterno feminino”...) imóvel em sua recusa da história, e um primitivismo supostamente homogêneo, o *socius* amazônico atual é o produto de transformações radicais das relações sociais e simbólicas, resultado da recomposição de sistemas políticos que, em muitos casos, não ignoravam nem a hierarquia nem o poder. Na Guiana ocidental, onde já no século XVI repercutiam as lutas das potências europeias, é possível estudarmos os efeitos dos empreendimentos coloniais sobre redes políticas indígenas estruturadas “horizontalmente” pelo entrecimento de grupos locais, pela circulação de pessoas, de bens e de valores através de guerras ritualizadas, e em função da extensão flutuante das parentelas e clientelas de “homens eminentes”, o *big men* ameríndios”. (cf. DREIFUS, Simone. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana ocidental (entre Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796. apud CUNHA e CASTRO, 1993, p. 19-20).

A Amazônia primitiva, do ponto de vista das relações interétnicas, não difere das outras comunidades humanas que se desenvolveram em outras partes do mundo. Os que tentaram a

confrontação na defesa de seus territórios foram simplesmente massacrados e eliminados pela violência dos conquistadores. Outras tribos foram cooptadas através de seus chefes, transformaram-se em trabalhadores escravos de colonos ou de ordens religiosas, vindo a constituir posteriormente a massa de trabalhadores “livres” que se submetem às novas formas de exploração de sua força de trabalho. Essa estratégia desestruturou as nações indígenas, destruindo o seu modo de ser primitivo, suas identidades e singularidades culturais integrando-as uniformemente a um novo modo de produção.

Nessas condições, de extrema inferioridade e completamente desumanizados, os índios, passam a fazer parte desse novo ordenamento geo-social, que foi a Amazônia portuguesa. Aqui, também, o capitalismo mostra uma de suas mais perversas características, que é a erradicação de valores que constituem uma identidade cultural e imposição violenta de novas formas de comportamento. Na verdade ao entrarem neste novo ordenamento geo-social os índios deixam a condição de homens livres e passam a ser os “*descidos*” ou *escravos*.

“*Descidos*”, na verdade, foram os índios que *persuadidos* pelos missionários e escoltados pelos militares, desciam de suas malocas para trabalhar nas “*aldeias de repartição*”, onde ficavam sob o controle do “*capitão de aldeia*” e eram “*repartidos*” entre as ordens religiosas, os colonos portugueses e as instituições da coroa.

Índios escravos foram, na terminologia dos portugueses, aqueles índios escravizados através dos “*resgates*”. Aqui, ao contrário dos “*descimentos*”, a iniciativa era das “*tropas de resgates*” que legitimadas pelos religiosos missionários promoviam “*as guerras justas*”. As “*tropas de resgates*” capturavam os índios, homens, mulheres, crianças e idosos e os levavam para os mercados de escravos onde eram adquiridos pelos colonos, religiosos e funcionários do governo português. Outra modalidade de atuação das tropas de resgate era trocar os índios capturados nas guerras intertribais, os quais seriam sacrificados por quaisquer objetos de interesse de seus detentores. Esses índios eram encaminhados para os mercados de escravos em Belém.

Esses fatos demonstram a cumplicidade existente entre o Estado português e a Igreja Católica, entre soldados e missionários. Ora os missionários solicitam os serviços da tropa para completar sua pregação, ora é a tropa que requer a legitimação teológica do missionário para suas perversas ações.

Os índios amazônicos adotaram, como forma de resistência, a clássica retirada estratégica para áreas a salvo das investidas do inimigo. Desta forma, muitas nações indígenas conseguiram resistir até hoje. São aquelas nações indígenas que a literatura própria denomina-os de índios arredios, semi-aculturados, semi-civilizados e outros termos pejorativos que denunciam preconceito e discriminação contra os índios.

Essas nações indígenas constituem os sobreviventes da Amazônia portuguesa, os excluídos da Amazônia brasileira e testemunhas de um modo de vida que a humanidade sempre quis e idealizou, mas que sempre projetou no passado e nunca julgou possível no presente. Aliás, quando os Tupinambás fugiram do litoral, buscando viver uma vida autônoma, saudável e em liberdade, foi para a Amazônia que se deslocaram, esperando encontrar a “terra sem males”.

É necessário dizer que do ponto de vista dos europeus acusa-se algumas nações indígenas de aliarem-se aos inimigos de Portugal e, por consequência, da Igreja Católica. Na verdade, mero pretexto para legitimar massacres das tribos indígenas resistentes, uma vez que os índios nunca tiveram nos europeus aliados, e os europeus sempre se serviram dos índios para atingir seus objetivos. Assim, sob pretexto de aliança com os holandeses, os manaos e seus aliados mayapenas são exterminados pelas tropas portuguesas. Quando, verdadeiramente, as autoridades holandesas premiavam a quem matasse um manaos, além de colocarem vigilantes nas cachoeiras do Essequibo para manter os manaos distantes de sua área. Quando os holandeses se aproximavam dos manaos era com o claro objetivo de transformá-los em escravos.

O massacre dos manaos é bastante significativo para mostrar as contradições da implantação da Amazônia lusitana. Uma vez definida a situação do Rio Negro e do seu afluente Rio Branco como áreas estratégicas para assegurar a presença lusitana na Amazônia, devia-se fixar os limites territoriais dessa soberania organizando os núcleos de povoamento. Esta era a tarefa fundamental para a construção da Amazônia lusitana, que só poderia realizar-se com o consentimento e concurso das nações indígenas, posto que os portugueses não conheciam a região e nem sabiam como nela sobreviver. Daí a eliminação pura e simples não só dos manaos, como de todas as outras nações indígenas potenciais aliadas dos concorrentes na apropriação do território amazônica.

Mas, ao mesmo tempo em que combatiam os índios que se opunham à dominação, os portugueses tinham que fazer alianças políticas e econômicas para povoar e construir as cidades que asseguravam o exclusivismo colonial e, por via de consequência, o reconhecimento jurídico internacional desses territórios.

A unificação linguística e religiosa

É nesse contexto contraditório, de necessidades políticas e econômicas, que o Estado português desenvolve uma ação uniformizadora de todas as nações indígenas, impondo uma nova língua, inicialmente o nhengatu e, posteriormente, o português, e uma nova religião no catolicismo. Apesar da imposição do português à população amazônica, ainda hoje se fala o nhengatu (a fala

bonita) correntemente em todo o vale do Rio Negro. Porém, foram silenciadas por completo centenas de nações indígenas, as quais perderam seu meio principal de transmissão de cultura, condenando para sempre os amazônidas a ser um povo sem história para contar. Um povo sem linguagem escrita ou oral é um povo sem memória, e um povo sem memória não tem como desenvolver o amor próprio, ao contrário, desenvolve um sentimento de desamor a si mesmo, se anula ou se reduz a expressão mais simples: "*Nada é mais necessário aos índios que uma barreira ao processo de identificação com os pontos de vista dos civilizados que os levam a se olharem com os olhos dos brancos, como pobres bichos ignorantes e desprezíveis, contra os quais tudo é permitido.*" (RIBEIRO, 1977, p. 33)³⁵.

A questão do idioma a ser falado pelos índios tem, portanto, uma dimensão claramente geopolítica para o Estado português:

Uma das expressões da civilização, em que os índios deveriam ser inseridos, era a língua portuguesa. Aliás, (...)o ensino do português era uma exigência das determinações dos reis de Portugal, em vista dos índios serem seus "vassalos", e, sobretudo, porque seria através desse instrumento da língua portuguesa que a corte régia iria garantir o fundamento jurídico de sua conquista em regiões que, pelo Tratado de Tordesilhas, deveriam ser da Espanha. Pois, em 1750, quando no Tratado de Madrid se procura delimitar as fronteiras da América portuguesa e espanhola, o critério decisivo vai ser este: A América portuguesa vai até onde se falar o português.

Mas para os índios chegarem ao conhecimento da língua portuguesa, deviam os missionários primeiramente conhecer as línguas indígenas. E, sobretudo, porque a primeira evangelização se daria através da língua do próprio índio. (FRAGOSO, 1992, p. 170).

Mas a literatura também contribuiria com o projeto expansionista lusitano, uma vez que:

Um dos conceitos mais divulgados pela literatura colonial a respeito da pobreza cultural dos indígenas é a extrema limitação do seu alfabeto, carecendo de três letras básicas: F, L e R. Tais letras eram consideradas como os símbolos dos elementos constitutivos da própria civilização. [...] Na História da Província de Santa Cruz, publicada em 1576, Gandavo declara a respeito da língua indígena: "Carece de três letras, convém a saber, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e desta vontade vivem desordenadamente, sem terem além disto conta, nem peso, nem medida".

Na Crônica da Companhia de Jesus, Simão de Vasconcelos faz referências análogas aos indígenas: "Vivem ao som da natureza, nem seguem fê, nem lei, nem Rei (freio comum de todo homem racional). E em sinal desta singularidade lhes negou também o Autor da natureza as letras F, L, R. Seu Deus é o ventre, segundo a frase de São Paulo; sua lei e seu Rei são seu apetite e gosto. (AZZI, 1987, p. 125-6).³⁶

³⁵Também Charles Wagley, na sua clássica pesquisa *Uma comunidade Amazônica* observa que as pessoas descendentes do ameríndio, ao contrário dos negros, não gostam que se mencione sua ascendência indígena.

³⁶ O autor remete respectivamente à GANDAVO, P. Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil. História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980; e VASCONCELOS, Simões de. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis: Vozes, 1977.

Também a Igreja acompanha o projeto de unificação linguística lusitano para a Amazônia, como comprova a seguinte consideração do Padre Manoel da Nóbrega:

Desde o início, Nóbrega adverte a respeito da dificuldade de se traduzir para a língua dos indígenas os conceitos religiosos, escrevendo: “Trabalhei para tirar em sua língua as orações a algumas práticas de N. Senhor, e não posso achar língua que me saiba dizer, porque são eles tão brutos que nem vocábulos têm. (AZZI, 1987, p. 129).³⁷

O eurocentrismo ou etnocentrismo europeu criou os estereótipos do índio brasileiro de “nariz chato e beiços grossos, imberbe e de baixa estatura”. Na Amazônia referiram-se ao “mura barbado, ao mundurucu de alta estatura e o parintin de huma fisionomia irrepreensível”. Mas uma das características da Amazônia indígena é a variedade de nações de culturas e de tipos físicos que não cabem nessas visões homogeneizadoras.

Diante do elevado assassinato de índios e do encarecimento da introdução de novos escravos, a política de reprodução compulsória da força de trabalho, levada a cabo pelo Estado português, era obrigar os soldados portugueses a se casarem com as mulheres índias. Assim, as mulheres índias amazônicas foram objeto de atenções e preocupações especiais dos prelados da região conforme relato a seguir:

Na gestão de Marcos Noronha, o Bispo D. Manuel de Almeida Carvalho, estabeleceu em Belém, numa casa da rua do Açogue, um educandário para as meninas índias, trazidas do interior, conhecida como Recolhimento das Educandas. A origem desse estabelecimento data de 1788, quando o Bispo Frei Caetano Brandão resolveu fundar um Seminário para educar meninas órfãs, pobres e aquelas que os pais desejassem ver instruídas na doutrina cristã e em tudo que contribuísse para torná-las verdadeiras mães de família. (SILVA, 1982, p. 107)³⁸.

Com efeito, o traço da mestiçagem marcaria a linha de divisor de águas entre a política de colonização espanhola e portuguesa, como indica o historiador francês Marc Ferro:

A diferença entre a política espanhola e a portuguesa é que esta deixa os homens se estabelecerem sozinhos no além-mar (as mulheres portuguesas foram numerosas somente no Marrocos e Açores). De sorte que no Brasil o concubinato e os casamentos interracialis favoreceram a inserção dos mestiços e posteriormente dos mulatos na sociedade colonial. Alucinados pela beleza das mulheres índias, os portugueses no Brasil foram logo fortemente mestiçados; a amante de cor negra

37 O autor remete à LEITE, Serafim, *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil*. São Paulo: Ed. IV Centenário, 1954.

38 Nessas condições, os traços físicos dos indígenas, anteriormente severamente criticados, eram agora enaltecidos, como indica Lourenço da Silva Araújo (1952, p. 24): “A raça indígena parece aproximar-se o mais possível à perfeição por sua união com os brancos; do que são prova as mulheres dela provindas. A pés e mãos pequenos, madeixa basta e preta, collo o proverbial das indígenas, talhe complexo das mais regulares proporções, ajuntão (SIC) à cor morena, realçada por huma original expressão de phisionomia e huma vivacidade e graça superiores infinitamente ao que fora de esperar em hum paiz internado no deserto.”

revezou-se com as índias, incorporando aos hábitos dos portugueses numerosos traços culturais africanos. Fala-se de uma integração racial «voluptuosa». Assim, diz-se que o português conquistou o mundo não pela espada e pela cruz, mas pelo sexo - o que é sem dúvida um exagero, uma vez que os dois outros instrumentos de dominação nunca se distanciaram. Com o tempo a mestiçagem torna-se também uma forma de defesa dos fundadores do país - os brasileiros de quatrocentos anos -, quer dizer os «verdadeiros» brasileiros, face aos imigrantes, puramente brancos – italianos, sobretudo, alemães - para melhor marcar a identidade da nação

O caráter exclusivo da emigração masculina marca também o povoamento português nas Índias. Durante dois séculos, de 1549 a 1750, apenas uma mulher de vice-rei acompanhou seu marido. O mesmo acontecendo com os governadores e os demais membros de sua comitiva. (FERRO, 1994, p. 146).

Além disto, nota-se o caráter seletivo masculino da imigração lusa para o Brasil, denotando a falsidade da teoria do luso-tropicalismo que imprime um caráter romântico nas relações interétnicas do processo de colonização. Falar em intercuro sexual entre portugueses e índias é, apenas, um eufemismo para se evitar a denúncia do abuso da exploração sexual das mulheres índias.

A situação atual de miséria e degradação em que vivem as mulheres índias nas remanescentes aldeias (bem como das mulheres negras nas favelas) é o testemunho mais evidente da falsidade do luso-tropicalismo, pois que desse intercuro não resultou nenhum benefício social, econômico ou cultural para a coletividade das mulheres indígenas ou das mulheres negras:

Durante a fase do período colonial, a promoção cultural ficou praticamente nas mãos dos religiosos, destacando-se nesta tarefa educacional os jesuítas. À medida que se enquadraram no sistema colonial, as missões passaram a ocupar lugar secundário, e a educação dos filhos dos senhores de engenho veio a constituir-se em sua tarefa primordial. (AZZI, 1987, p. 41).

Inicialmente foram organizados colégios em Salvador, Porto Seguro, Vitória e São Vicente. Em 1573 foi aberto o colégio do Rio de Janeiro. No século XVI surgem os colégios de Olinda, de Recife, São Paulo e Vitória. “Durante o século XVII surgem três outros colégios de grande importância na área educacional do Brasil: o colégio do Recife, o colégio Máximo do Maranhão e o colégio Santo Alexandre no Grão Pará. [...]

Fundado em 1653, o colégio de Santo Alexandre do Grão Pará manteve apenas aulas de Filosofia e Teologia moral durante o século XVII, ficando curso de Teologia especulativa exclusivo do Maranhão. No colégio do Pará, frequentavam as aulas dos jesuítas os padres das Mercês e outros clérigos seculares. [...]

Além de não haver no Brasil centros universitários, outra grande restrição ao desenvolvimento cultural era a mutilação que sofriam os textos clássicos e literários [...] Essa tarefa era exercida em modo especial pelos religiosos, que dirigiam praticamente toda a rede escolar nessa época. [...] O espírito de questionamento e de livre exame era combatido, pois os jesuítas queriam salvaguardar os ideais da ortodoxia católica, daí advindo a insistência em salvaguardar o dogma e a autoridade”. (AZIZ, 1987, p. 43-44).

Sobre a vida dos índios antes do contato com os portugueses, é significativo o testemunho do general Pedro Teixeira na sua *“Relacion del Pedro Tejera deel Rio delas Amazonas para el S.^{or} Presidente”*, após sua célebre viagem de 1637: *“És todo este gran rio mui saludable, porque no tiene calor rigoroso ni frio que obligue â pujar por ropa, prueba de sano, no hallar, un enfermo en todo la máquina de Pueblos que âi.”* (apud CORTESÃO, 1965, p. 426)³⁹.

Após centenas de anos de exploração, muito diferente é a situação atual denunciada pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), conselho ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que orienta e desenvolve a pastoral indígena no Brasil:

A expectativa média de vida dos índios brasileiros é inferior à maioria da população brasileira. Os dados são de uma pesquisa recente realizada pelo Instituto de Medicina Tropical de Manaus (IMTM). A média de vida do indígena brasileiro registrada no ano passado (1995) foi de 45,6 anos. O brasileiro sobrevive em média 66,7 anos.

O índice mais baixo de vida entre os índios do Brasil foi verificado no estado do Mato Grosso do Sul (37,7anos), onde vivem os guatós, cadiveus, cambas, ofaiés, xavantes, guaranis caiovás e terenas. Entre os guaranis-caiovás, cujo índice de suicídio em 95 foi o maior dos últimos dez anos, muitos não vivem mais que 38 anos. Depois do Mato Grosso do Sul estão na lista os estados de Roraima, Pará e Amazonas. Em 1993 foi registrado entre os índios um índice de vida média de 48,3 anos, caindo para 45 anos em 1994.

A pesquisa faz referência também a um relatório da Funai no período compreendido entre janeiro/93 a outubro/94 que registra 2.591 óbitos em índios de todo o país. A principal causa de morte é a desassistência médica (22,3%) com predomínio da mortalidade infantil por doenças preveníveis e curáveis⁴⁰.

Segundo o *Relatório de Violência Contra Povos Indígenas no Brasil – 2009*, elaborado pelo CIMI, a violência contra os povos indígenas ainda continua alarmante. Segundo este relatório em 2009, foram 60 casos de assassinatos, 19 casos de suicídio e 16 casos de tentativa de assassinato. O Relatório demonstra *“a omissão como opção política do governo federal em relação aos povos indígenas”* e, o que é mais grave, a impunidade continua.

Outro mito derrubado pelos antropólogos é sobre o desenvolvimento técnico, quando resgatam todo um artesanato indígena elaborado com matérias-primas que o meio lhes proporcionava para prover as necessidades de reprodução social: remédios, tecidos, alimentos, instrumentos agrícolas, instrumentos de caça e pesca, brinquedos etc. Sobre esta questão é insuspeito o testemunho do capuchinho francês Frei Fidelis a respeito dos tupinambás:

(...) a aptidão que tinham para as artes e ofícios mais necessários, como o de

³⁹O general foi de Belém até Iquitos, no Peru, assim, sua afirmação é em relação à toda a Amazônia.

⁴⁰Fonte: Conselho Indigenista Missionário (CIMI) apud Expectativa de vida de índios brasileiros é baixa. **Ciência e Cultura. Jornal da Editora SER.** Brasília, jun. 1996, p. 7.

ferreiro, carpinteiro, marceneiro, cordoeiro, alfaiate, sapateiro, tecelão, oleiro e agricultor. Até mesmo mostravam propensão natural para a pintura, pois faziam diversas figuras e folhagens, com auxílio de pequena lasca de madeira. Os missionários tinham contínuas ocasiões de admirarem nesses índios inteligência viva e memória muito feliz. (FIDELIS, 1940, p. 29).

Os especialistas avaliam entre 3 a 4 milhões de índios amazônidas quando dos primeiros contatos com os portugueses, portanto, é fácil concluir que somente uma sociedade que desenvolveu um conjunto de habilidades técnicas para explorar os recursos do solo, da floresta e dos rios teria condições de prover as necessidades materiais e culturais de tão numeroso contingente.

É interessante ressaltar aquilo que as nações indígenas têm de melhor no seu relacionamento com a natureza:

Por exemplo, os índios amazônicos têm liberado, através dos séculos, apenas diminutas quantidades de CO₂ para a atmosfera por meio das queimadas de suas roças, em comparação com as sociedades estatais modernas, responsáveis pelo desflorestamento dos trópicos, a eutrofização dos estuários, a chuva ácida e consequente morte das florestas, os depósitos de resíduos tóxicos e outras ameaças evidentes à integridade dos ecossistemas naturais. [...]

Isto não significa que os índios agricultores da Amazônia não tenham alterado o ambiente de maneira significativa. Eles o fizeram: mas, em lugar de terem provocado extinções, parecem ter na verdade contribuído para o aumento da diversidade biológica. Esta aparente ação diversificadora estende-se desde os tempos do Neolítico até o presente, e seu mais notável testemunho é a série de espécies domesticadas e semi-domesticadas presentes na Amazônia. Os arqueobotânicos Bárbara Pickersgill e Charles Heiser estimaram que o número de plantas neotropicais domesticadas ultrapassa a centena (Pickersill & Heise, 1977). Várias parecem provir da Amazônia e arredores, incluindo o abacaxi (*Ananás comosus*), o maracujá (*Passiflora edulis*), o amendoim (*Arachis hypogaea*), a mandioca (*Manihot esculental*), o inhame (*Dioscorea trifida*), o tajá (*Xanthosoma* spp), o mamão (*Carica papaya*), a tacana ou flecha (*Gynerium sagittatum*), o caroá (*Neoglaziovia variegata*), o urucu (*Bixa orellana*), e numerosas árvores frutíferas. Estas últimas - várias das quais provêm do alto Amazonas, de acordo com o botânico Charles Clement (1989) - incluem a pupunha, a goiaba, a castanha-do-pará, o caju, o cacau, o ingá, o cupuaçu (da família do cacau), o bacuri (da família da amora), e o biribá (da família das anonas). Deve-se registrar que muitas das árvores frutíferas não são completamente domesticadas: elas ocorrem não somente cultivadas em roças e quintais por toda a Amazônia, mas também em estado selvagem ou semi-domesticado. [...] As culturas indígenas de hoje, em outras palavras, descendem em larga medida de remotos ancestrais pré-colombianos, apesar das recentes influências ocidentais que muitas delas têm sofrido. a maioria das espécies cultivadas, ou daquelas que os índios atuais exploram na floresta primária e na capoeira, são também neotropicais, o que mostra uma outra conexão com o passado pré colombiano. Muitos índios amazônicos atuais certamente continuam parecidos com seus antepassados - eles ainda são índios - no que se refere aos seus recursos vegetais e às formas de uso destes recursos.

[...] Sim, os cacicados pré-colombianos e as modernas sociedades aldeãs horticultoras alteraram e continuam a alterar o ambiente “natural”. Mas para a arqueologia do futuro, as covas para sepultamentos indígenas e as fortificações

(como paliçadas) irão representar um tipo de manipulação ambiental qualitativamente diferente daquele dos megaprojetos como as represas hidrelétricas de Tucuruí, Samuel e, se for construída, Kararaô (no Xingu). As trilhas e estradas que ligavam as aldeias indígenas amazônicas, muitas das quais, como aldeias dos índios Tapajós na boca do rio do mesmo nome, eram centros urbanos incipientes (Roosevelt, 1989), nunca rivalizarão com as estradas Belém-Brasília, Belém-São Luís e Transamazônica, em termos de conversão de habitat. Os restos vegetais carbonizados de aldeias, roças e capoeiras indígenas pré-históricas irão indicar muito mais espécies de árvores do que os estratos indicativos de pastagens para o gado ou campos monoespecíficos de arroz. Por fim, não há realmente nenhum equivalente indígena para o envenenamento de rios e lagos por mercúrio na moderna corrida do ouro na Amazônia. (BALLÉE, 1993, p. 385-393).

A Amazônia lusitana só poderia ser construída com a destruição da Amazônia indígena. Os índios foram manipulados ao sabor das conveniências dos portugueses, pois quando de ameaças dos concorrentes ingleses, franceses e holandeses são sub-súditos transformados em soldados; quando aliados aos concorrentes são inimigos e infiéis; e quando se negam ao trabalho forçado são gentios indolentes. Enfim, esses atributos menosprezíveis irão marcar os índios ao serem integrados à Amazônia luso-brasileira e sobrevivem aos nossos dias.

De qualquer forma, é impossível apagar os traços indígenas da Amazônia, qualquer que seja a sua manifestação. Ainda que estropiados, os índios não se dão por vencidos, marcam presença em todas as versões de Amazônia, inclusive na atual Amazônia dos incentivos fiscais. As hidrelétricas, estradas, garimpos, madeireiras, grandes fazendas e todos os demais projetos do Estado brasileiro sempre se deparam com as nações indígenas resistentes, ainda que não sejam tratadas como nações, mas como sub-pessoas, negando-se sua autonomia política para tratar de seus interesses, abolindo-se a soberania sobre seus próprios territórios:

No plano legal, o índio sempre teve reconhecido seu direito à terra. Esta prerrogativa data de um alvará de 1680, que os define como “primários e naturais senhores dela”. Este direito é confirmado e ampliado pela Lei nº 6, de 1755 e por toda legislação posterior. Entretanto, o índio, reduzido à escravidão, esbulhado de suas terras, praticamente nunca desfrutou desses direitos. Assim os encontrando a legislação monárquica, tenta remediar a situação com o Decreto nº 426, de 1845, que não só reconhece os direitos estatuídos em 1680 e confirmados no regime de posse de 1822, mas ainda procura levar ao índio a assistência direta do governo, através da criação de núcleos de amparo e catequese, onde pudesse gozar das garantias facultadas em lei.

Daí em diante, porém, começam as interpretações porque a lei já não faz referência explícita aos índios. Havendo praticamente desaparecido de toda a costa e sobrevivendo apenas nas regiões mais longínquas, passaram despercebidos dos legisladores que estabeleceram, em 1850, o regime de propriedade das terras no Brasil. O regulamento de 1854, apenas confirma o direito dos índios às terras em que vivem enquanto terras particulares, possuídas a título legítimo.

A constituição de 1891 transfere aos Estados o domínio das terras devolutas que até então eram do domínio Imperial. Subsiste naturalmente, o direito às terras possuídas em termos legalmente definidos nos regimes anteriores, inclusive, e

principalmente, as dos índios. (RIBEIRO, 1977, p. 198).

Em tom retórico, o Estado brasileiro, na constituição de 1988, afirma no Capítulo VIII, do Art. 231: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”, porém, na prática, as leis ordinárias dificultam quando não impedem que as nações indígenas exerçam a soberania sobre suas terras e recursos:

Muito mais do que as garantias da lei, é o desinteresse econômico que assegura ao índio a posse do nicho em que vive. A descoberta de qualquer elemento suscetível de exploração - um seringal, minérios, essências florestais ou manchas apropriadas para certas culturas, equivale à condenação dos índios, que são pressionados a desocupá-la ou nelas morrem chacinados. E não são necessárias descobertas excepcionais para que os índios sejam espoliados. (RIBEIRO, 1977, p. 199).

A fundação do forte do presépio em 1616, após a expulsão dos franceses do Maranhão, é o marco inicial do processo de construção da Amazônia lusitana. Os militares e os religiosos são os instrumentos primeiros dessa imposição cultural:

O Brasil português nasce, cronologicamente, em pleno arrebentar da modernidade. E Portugal não esteve longe dessa. Até meados do século XVI, Portugal e Espanha participaram, ativamente, do surto renascentista. [...] O Estado português e a Igreja Católica como que chegaram a um pacto, mediante o qual o Estado se comprometia a manter a Igreja, na plenitude de sua autoridade e exclusividade - salvando Portugal do cisma - e a Igreja se dispunha a ser o cimento moral da nação portuguesa, fortalecendo, assim, as condições para o firmar-se da monarquia lusitana. Era um projeto de continuação da cristandade medieval. (LARA, 1986, p. 144-145).

Assim, a ação colonizadora portuguesa é legitimada através dos teólogos cristãos e católicos⁴¹. A “missão civilizadora dos europeus”, de que falava Vidal de La Blache, é sacralizada, não só no domínio da racionalidade profana europeia sobre a barbárie indígena, mas principalmente na erradicação do paganismo dos índios, considerados gentios, no que se justificava a imposição violenta da moral e dos dogmas cristãos:

41 Recentemente, a Igreja Católica, através do CIMI, reformulou seus princípios de atuação de evangelização indígena: “A Igreja católica unificou a ação missionária junto aos indígenas do Brasil através do Conselho Indigenista Missionário. O Diretório Indígena de ação junto ao índio, adotado pelos missionários é o seguinte: 1) Aculturação lenta, paulatina, sem precipitação na história, sem qualquer pressão, sem ruptura com o passado, realizada através de longos períodos e por métodos persuasivos e sem interferência violenta na vida, nas crenças e nos costumes. 2) Conhecimento e respeito às culturas indígenas, o que leva o agente aculturativo a ter uma atitude de que prestigia o índio e o promove para aculturação social, econômica, política, material e religiosa e sem etnocentrismo. Cabe ao índio selecionar os traços culturais que convêm.” (SCHLESINGER e PORTO, 1995, p. 1372).

Ao comentar a afirmação de Walter Benjamin: “Não há um único documento de cultura que não seja também um documento de barbárie” Marilena Chauí escreve oportunamente: “O documento de cultura é também documento de barbárie, seja porque a cultura dominante se realiza a expensas da violência exercida sobre aqueles que a tornam possível, seja porque a cultura dominada fica exposta à barbárie do dominante, seja enfim porque a cultura dos dominados exprime a barbárie a que estão submetidos. (AZZI, 1987, p. 124)⁴².

É necessário lembrar que colonização desde a antiguidade clássica não é apenas a dominação e conquista de territórios, mas, sobretudo é uma relação de dominação entre sociedades. Imposição violenta de todo um modo de vida do dominador sobre os dominados. O expansionismo greco-romano no Mediterrâneo é o exemplo clássico.

O capitalismo concorrencial em terras amazônicas

A violência cometida contra as nações indígenas está implícita na lógica do capitalismo concorrencial. O Estado monárquico português não poderia se estabelecer na Amazônia sem o afastamento dos concorrentes europeus, ingleses, holandeses e franceses, nem sem a destruição dos inimigos internos, representados pelas nações indígenas resistentes à dominação. Assim, uma vez estabelecidos em Belém, os portugueses iniciam a matança dos índios:

Mas foi sobretudo depois da fundação de Belém, em 1616, que começaram os martírios. O cronista Berredo relata como Pedro Teixeira agia, qual um Cortez no México, matando e incendiando a região entre São Luís e Belém à procura de uma ligação terrestre estável entre ambas as vilas, o que se tornara imperioso - do ponto de vista dos invasores - diante da possibilidade de um bloqueio marítimo dos portos de Belém e São Luís por nação inimiga. Este Pedro Teixeira, que ao lado de Bento Maciel, Jerônimo de Albuquerque e Antônio de Albuquerque era um dos grandes exterminadores do povo Tupinambá, andava acompanhado de criminosos portugueses chamados na época “degredados”, ou seja, emigrantes forçados e que ele arregimentava sob o nome de soldados, e de índios chamados “tapuia”, inimigos dos Tupinambás. Diante da violência da tropa de Teixeira os índios se revoltaram em Cumã, Caju, Mortiguara, Iguape, Guamá, mas estas revoltas serviram apenas de pretexto para novas incursões e novos massacres. Em 1619 o líder Tupinambá Cabelo de Velha atacou a cidade de Belém, o que foi motivo para um “castigo” exemplar: Pedro Teixeira foi autorizado a sair com quatro embarcações, muitas canoas, cem soldados e grande número de índios “domésticos” para fazer guerra ofensiva nos lugares onde viviam os indígenas: “E suas aldeias reduzidas a cinzas serviram também para os aparatos de vitória”. (HOONAERT, 1992, p. 54).⁴³

Em 1629, Pedro da Costa Favela e seu xará Pedro Teixeira após expulsarem os ingleses do

⁴²O autor remete à Marilena Chauí, *Cultura e democracia, o discurso competente e outras falas*. São Paulo:Moderna, 1981.

⁴³Na verdade, por volta de 1635 os Tupinambás estavam praticamente exterminados.

forte Torrego ou Taurege, edificado na foz do Rio Mazagão, hoje Santana, chacinaram os nhengaíbas sob a acusação de colaboração com os ingleses.

Em 1639 chegou a vez dos Tapajós serem martirizados. Em 1626 Pedro Teixeira esteve com eles, mas como eles se mantinham amistosos em relação aos portugueses não houve maiores represálias. Acontece que eles não queriam deixar suas terras e por isso Bento Maciel Parente lhes declarou guerra em 1639. Colocados entre a morte ou a dominação, os Tapajós escolheram a segunda opção, foram desarmados, encurralados e obrigados a fornecer mil escravos aos portugueses, entre filhos e aliados. Para evitar a escravidão, os tapajós passaram a colaborar na escravização de outros grupos, a fim de atingir o número de mil índios “de corda”. O martírio deste povo terminou nos 1820-1840, quando foram completamente extintos. (Ibid, p. 55).

Em 1663, por ordem do governador Vaz de Siqueira, o Capitão Pedro da Costa Favela comandando 400 soldados e 500 índios em uma frota de 34 canoas subiu o Rio Urubu, exterminando as tribos dos guanavenas, dos caboquenas e dos bararurus, os quais haviam se rebelado contra uma tropa de resgate. Este foi um dos mais cruéis e sangrentos episódios da colonização portuguesa na Amazônia Ocidental.

Ainda na Amazônia Ocidental, em 1627 os manaos, tribo líder do vale do Rio Negro, juntamente com seu morubixaba Ajuricaba e seus aliados mayapenas, foram cruelmente aniquilados por tropas portuguesas chefiadas por Belchior Mendes de Moraes. O caso da resistência dos manaos ainda hoje está por ser pesquisado e desmitificado. Mas há indícios de que representa um dos mais altivos exemplos de resistência indígena à dominação portuguesa na Amazônia.

Por essa mesma época, os aruan, que segundo Antônio Vieira eram mais de 29 grupos habitando a Ilha do Marajó, já tinham sido completamente exterminados pelos portugueses.⁴⁴

Sintetizando o processo de colonização da Amazônia, o historiador José Valente, na sua coluna *Hoje na vida do Pará*, relata o seguinte:

O livro "Brasil, Colômbia e Guianas", de Ferdinand Denis, enumera os mais sanguinários governadores, capitães mores e capitães que passaram pela capitania do Grão Pará. Foram os seguintes: capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco – tinha o mórbido prazer de passar o fio da espada pela goela de inermes índios, principalmente de mulheres e crianças; capitão-mor Bento Maciel Parente – seus "olhos brilhavam de estranho prazer quando o índio esperneava na ponta de uma corda"; capitão-mor Jerônimo Fragoso de Albuquerque – fidalgo da casa real (imagine se não fosse) extinguiu as tabas aborígenes, de modo impiedoso, dos índios Iguapé, Guanapu e Caripi, nos arredores de Belém. Mandava fazer enormes

⁴⁴Referindo-se aos conquistadores portugueses da Amazônia, o historiador português João Lúcio de Azevedo (1999, p. 17), assim se manifesta: "*Tétricas figuras são as destes heroes do Novo Mundo, quando nos aparecem espalhando o terror entre as populações dóceis e inermes; arrostando perigos, trabalhos e privações incríveis, na busca de thesouros e domínios, descobrindo em toda a sua hediondez a perversidade humana, quando para contel-a falta a hipocrisia do respeito às leis. Como alcatéia de feras, assolando os bosques, nunca esses aventureiros se viam fartos de sangue; e de ouro e poderio tinham sede insaciável.*"

montes de lenha e os sobreviventes eram queimados vivos. Fragoso de Albuquerque "sentia enorme prazer em aspirar o cheiro acre da carne queimada"; os capitães Pedro Maciel Parente e Vital Maciel Parente, sobrinhos do capitão Bento Maciel Parente, "gostavam de ouvir o som cavo da borduna, na cabeça do pobre índio"; capitão-mor Manoel de Sousa de Eça matava o aborígene com um fino fio de cobre, fazendo torniquete em seu pescoço; capitão-mor Luiz do Rego Barros os eviscerava. Esses foram os que mais se destacaram no extermínio de um povo: não que os demais capitães não os matassem, mas o faziam rapidamente ("humanamente", segundo eles). (VALENTE, 1999, p. 7).

Esses fatos parecem distantes no espaço/tempo, entretanto, a presença dos índios ainda incomoda as elites da sociedade brasileira. Os grandes projetos do Estado brasileiro ainda se deparam com as tribos indígenas resistentes: as estradas, as hidrelétricas, os projetos agrominerais, a exploração das madeiras e dos fármacos etc.:

Quando se fala do avanço da civilização em face dos grupos indígenas, o que se tem em mente, em geral, é a enorme distância entre a técnica e o equipamento de domínio da natureza de uma tribo silvícola e de uma nação industrial moderna. Assim, a "civilização" pareceria um destino desejável para qualquer tribo, porque representaria o acesso a toda a "herança social da humanidade". Na prática, porém, para uma tribo qualquer, - para os índios Kaapor, por exemplo - a civilização que lhes é acessível representa coisa bem diversa do progresso industrial e dos requintes da ilustração. (RIBEIRO, 1987, p. 339).

A matança dos índios tinha limite apenas na necessidade dos portugueses de mão-de-obra para a construção das cidades, e de moradores que assegurassem a posse dessas terras e suas riquezas para o reino de Portugal.

Quanto ao combate aos inimigos externos, Arthur Cézar Ferreira Reis dá-nos um resumo cronológico muito oportuno da ação do governo português na salvaguarda da Amazônia para sua soberania:

(...)1616 - Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo atacaram um patacho holandês que se aproximava de presépio afundando-o. 1623 - Luís Aranha de Vasconcelos e Bento Maciel Parente, tendo como subordinados Francisco de Medina, Pedro Teixeira Aires Chincharro e uma força expedicionária recrutada em Lisboa, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Pará, mais um contingente de 1.000 índios frecheiros, coordenados pelo franciscano Cristóvão de São José, atacaram povoações inglesas e holandesas localizadas ao longo do Amazonas, em Gurupá e na ilha dos Tocuju. Ali se encontraram seis fidalgos ingleses, que foram mortos em combate; os fortes derrubados, afundados dois navios e aprisionados centenas de combatentes inimigos.

Em 1625, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque assaltaram as posições holandesas e inglesas do Xingu, destruindo-as e capturando os ocupantes.

Em 1629, Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela tomaram o forte de Torrego, na ilha dos Tocuju.

Em 1631, foi a vez de Jácome Raimundo e Noronha e Pedro da Costa Favela apoderarem-se do forte North, no litoral do Macapá. No mesmo ano, Feliciano

Coelho tomava e destruía o forte Cumaú, impondo um duro castigo aos Nhengaíba, que ajudavam os estrangeiros.

Em 1639, João Pereira de Cáceres, comandante da praça forte do Gurupá, apoderava-se de um patacho holandês que tentava desembarcar colonos nas cercanias do estabelecimento.

Em 1648, por fim, registrou-se o último ataque. Sebastião Lucena de Azevedo destruiu as fortificações holandesas dos lagos da região do Macapá. (REIS, 1982, p. 29-30).

Para se prevenir da ameaça francesa sobre a Amazônia, Felipe IV cria, em 1637, a capitania do Cabo Norte, concedendo-a em caráter perpétuo à Bento Maciel Parente, que manda construir o forte do Desterro na Vila de Almeirim. Nessa época, fica-se sabendo da comunicação entre os rios Amazonas e Orenoco e, consequência disto, que a região das Guianas teria como fronteira ocidental o Peru. Portanto, era mui conveniente que Portugal se apossasse dessas terras à margem guianense do Rio Amazonas.

Assim, em 1639, a 20° de longitude do Oiapoque, Pedro Teixeira tomou posse para o reino de Portugal, em nome do Rei Felipe IV, de toda a parte meridional da Guiana, desde a margem direita do Oiapoque até a margem esquerda do Napo. Esta viagem de Pedro Teixeira é comumente admitida como a demarcação geográfica da Amazônia lusitana⁴⁵.

Apesar do vanguardismo lusitano na expansão mercantil e colonial, isso não levou às transformações necessárias à ruptura com o “antigo regime”. Enquanto franceses, ingleses e holandeses iniciam esse movimento movidos pela concorrência, Portugal alicerça toda essa movimentação em bases teológicas, alegando o direito canônico das bulas pontificias que davam a Portugal a missão de reduzir os povos infiéis à servidão de sua majestade e da Igreja Católica. Com isso, a religião será usada como mais uma força reacionária contra as transformações que estavam ocorrendo na Europa, impedindo a secularização total do poder político.

O mercantilismo português não fomentou a produção de manufaturas, limitando-se ao intermediarismo, sendo suas necessidades de manufaturas satisfeitas pelas outras nações europeias. Consequência disto é que não foi possível o surgimento de uma burguesia empreendedora, livre da proteção do Estado, pois sempre dependente dos favores e incentivos governamentais. O governo,

⁴⁵Nesse processo de construção da Amazônia lusitana, os historiadores destacam o período da “era pombalina”, quando o Estado monárquico absolutista português exercendo uma política mercantil colonialista consolida o poder sobre a Amazônia. Em suas grandes linhas, corresponde às necessidades da economia mercantil internacionalizada; onde a administração política e econômica será exercida em uma base territorial unificada. A presença sensível do Estado sobre os súditos se fará também através da organização do fisco e da força das armas do exército.

Daí que *“a natureza do Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para sua área de soberania e organização. Para todas as suas multifárias atividades de administração, de tributação, de defesa, de comércio, etc. etc., o seu território precisa ser claramente limitado, não por áreas fronteiriças, mas por linhas inconfundíveis. Essas linhas são os limites interestatais. Sem elas, o presente sistema de Estados ficaria reduzido ao caos, pois seria impossível saber-se onde terminaria a soberania de um Estado e onde começaria a do outro. Já não há muito espaço para as “zonas neutras” ou “terras de ninguém”.* (MODDIE, 1965, p. 83).

por sua vez, nasce voltado ao atendimento das demandas de uma nobreza parasitária, decadente, altamente dependente de cargos no aparelho de Estado. Daí o patrimonialismo, nepotismo e empreguismo do Estado brasileiro, herança genética do Estado português.

Mas, contraditoriamente, é no período pombalino e com os esforços para criar a Amazônia lusitana que se colocam as sementes para a germinação da Amazônia Brasileira. O Estado presente na Amazônia colocará em uma mesma base territorial, onde predominavam rios e florestas e um clima quente e úmido, prepostos da monarquia portuguesa, tais como governadores, funcionários, juízes, militares, aventureiros, degredados, missionários e outros tantos, e que em contato com os nativos, sejam índios, negros escravos e alforriados ou fugidos, com o passar do tempo, formarão uma sociedade com características próprias. Uma sociedade regional com suas contradições, mas também com interesses específicos em relação ao poder central metropolitano.

A Amazônia dos portugueses se impõe devido a toda uma política derivada do exclusivismo colonial de afirmação da nacionalidade portuguesa em relação à França, Inglaterra, Holanda e Espanha. Nesse sentido, concorreram também as obras de edificação das cidades, dos fortes, a destribalização dos povos indígenas e sua conseqüente integração à sociedade regional como mão-de-obra:

(...) as edificações não foram inspiradas por uma alucinação de grandeza em meio da selva amazônica, nem eram muito menos indício de riqueza local. Produtos de um certo tipo de inteligência, os grandes objetos assim como outros elementos da estratégia portuguesa pombalina, foram implementados como símbolos de poder, como símbolo da 'presença' do Estado e, como tal, uma forma de assegurar a posse territorial a longo prazo e impulsionar a curto prazo, a economia local. E estavam equivocados? Quase cinquenta anos depois, quando Humboldt chegou ao Rio Negro em sua famosa viagem de 1799, se surpreendeu ao saber que estava entrando em Portugal e, sobretudo, de ver índios, negros e mestiços, chamarem a si mesmos de portugueses. (MACHADO, 1989, p. 133-4).

A criação do Estado do Grão-Pará e do Maranhão (1751) ligado diretamente a Lisboa e separado das outras regiões brasileiras, aguça mais ainda esse sentimento de identidade da Amazônia e de alteridade em relação às outras regiões do país, com a afirmação da Amazônia como região específica no quadro geral do Brasil e das colônias ultramarinas.

A percepção lusitana da função geopolítica da Amazônia

O governo português, percebendo claramente a função geopolítica que a Amazônia poderia exercer para a manutenção do Brasil para a coroa, cuidou de sua valorização econômica desenvolvendo a agricultura e pecuária, incentivando o extrativismo vegetal e a pesca, e

estimulando o povoamento, inclusive premiando aqueles que casassem com as nativas, fortificando os pontos estratégicos de modo a tornar a Amazônia uma verdadeira muralha protetora do espaço físico e político do Brasil contra as investidas dominadoras dos concorrentes e das influências revolucionárias vindas da fronteira que pregavam liberdade, igualdade e fraternidade.

Assim constituída a Amazônia lusitana, diretamente vinculada ao poder metropolitano, imune às influências revolucionárias internas das outras províncias e dos vizinhos fronteiriços, e com seu vasto espaço territorial, fazia as ligações físicas necessárias com o interior do Brasil e asseguraria uma saída estratégica para o oceano através de Belém.

No processo de formação dos Estados latino-americanos é importante ressaltar que etnicidade e cidadania não se opõem, mas se completam. É possível a convivência saudável entre cidadãos de etnias diferentes desde que haja respeito pelos direitos fundamentais da pessoa e o Estado assegure os diversos costumes e manifestações culturais e religiosas locais.

É necessário resgatar e destacar na formação territorial dos Estados latino-americanos o papel primordial e fundamental das nações indígenas. Foram elas que, contraditoriamente, apontaram os caminhos da conquista. Remaram, pescaram, caçaram para alimentar seus conquistadores. Foram elas que com sua robustez física enfrentaram o calor equatorial e, com o suor de seu trabalho, construíram igrejas, capelas, catedrais, palácios, colégios, fortes, portos e etc., assegurando a posse da Amazônia para as comunidades nacionais atuais. É urgente que o Estado brasileiro resgate essa dívida.

Considerações finais

Sintetizando e retomando esse memorial descritivo que fizemos, afirmamos que a Amazônia, nesse início do século XXI, sofre as nefastas consequências do modelo de desenvolvimento em que foi inserida desde que os europeus entraram em contato com as nações indígenas nativas. A Amazônia surge no horizonte geográfico do incipiente modo de produção capitalista como o El Dorado, o lugar do enriquecimento rápido e fácil que a marcará indelevelmente até os dias atuais. A Amazônia, nesse início do século XXI, continua sendo a campeã do trabalho escravo e infantil; em assassinatos de lideranças indígenas, de trabalhadores rurais e de religiosos e na depredação das florestas e dos rios.

A primeira intervenção republicana de caráter desenvolvimentista na Amazônia se deu com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), que acabou por falta de iniciativas e de projetos de seus dirigentes. A SPVEA teve a oportunidade histórica de fazer a passagem da economia extrativa para uma economia de produção, porém,

faltou-lhe competência técnica e ousadia política.

A intervenção seguinte da União se dá com a “Operação Amazônia”, durante o regime militar imposto à nação em 1964. A “Operação Amazônia” recomendou a criação de incentivos fiscais para investimentos na região e para a recuperação dos seringais nativos e, posteriormente, a implantação de seringais de cultivo; e a criação do Banco da Amazônia (BASA), como agente financeiro dos projetos para a região, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

A SUDAM, com sede em Belém (PA), embora criada para atuar em toda a Amazônia, teve atuação destacada na Amazônia Oriental. Envolvida em grandes escândalos de corrupção, foi reformulada, mudou de denominação e hoje é novamente SUDAM.

A SUFRAMA surge como um enclave na Amazônia Ocidental. Com sede em Manaus (AM), sua atuação se dá no que hoje é conhecido como Pólo Industrial de Manaus (PIM), que passa a concentrar um grande número de migrantes vindos do interior da Amazônia e de outros estados brasileiros, agravando seriamente a qualidade de vida em Manaus. A SUFRAMA vive sob ameaça de seus inimigos internos, que a todo o momento podem pressionar o governo a retirar os incentivos e aumentar as alíquotas dos impostos que tornam a produção do PIM prejudiciais aos seus interesses.

As políticas de integração da Amazônia, neste início do século XXI, têm continuidade através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, visando modernizar a infraestrutura necessária para a atualização da produção capitalista no Brasil. Particularmente na Amazônia temos: a construção de hidrelétricas, a recuperação e construção de novas estradas, a construção de pontes e portos e etc.

As consequências para as populações locais desse modelo de crescimento econômico são facilmente visíveis: a agudização das questões fundiárias alimenta o êxodo rural para as periferias das cidades (principalmente para Manaus), que, por sua vez, gera desemprego, prostituição, favelização, precarização dos serviços públicos da saúde, educação e segurança pública e etc. Outra consequência é a invasão e expropriação das terras indígenas, que gera a destruição das nações indígenas que foi, por muito tempo, a característica marcante da Amazônia. Por fim, temos que considerar a destruição das florestas e a poluição dos rios e dos lagos, destruindo as bases de sustentação material das populações da Amazônia.

Considerando tudo o que vimos até agora, podemos afirmar que Amazônia é uma sociedade regional complexa, cujos alicerces foram construídos por várias nações indígenas nativas e outros povos, principalmente africanos, e historicamente sofreu a dominação por colonizadores estrangeiros. A Amazônia é, também, um território extraordinário, formado por um bioma

partilhado por nove países da América do Sul, cujas características destacadas são a floresta e os rios, formando atualmente o que se está chamando de Pan-Amazônia.

Na verdade, o consórcio entre empresários, grandes investidores e o Estado continua explorando o povo e as riquezas naturais amazônicas. Agora não são apenas estrangeiros, mas o Estado brasileiro que através de incentivos e isenções fiscais e outros mais, atualizou histórica e geograficamente a política de considerar a Amazônia como o El Dorado. A área de incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus - o território que compõe a Amazônia Legal - são a dimensão espaço-temporal de uma geopolítica do Estado brasileiro em relação à floresta e seus moradores. Nesse início do século XXI, trabalhar para a construção de outra sociedade com um outro modelo econômico é o desafio que se coloca para todos os homens e mulheres de boa vontade na Amazônia, no Brasil e no mundo. A decisão é sua.

Referências

AZEVEDO, João Lúcio de. **Os jesuítas no Grão-Pará**. Belém: SECULT, 1999.

AZZI, Riolando. Mentalidade lógica versus consciência mítica. In: AZZI, R. (Org.). **A cristandade Colonial um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.

ARAÚJO, L. da Silva. **Dicionário topográfico, histórico descritivo da comarca do alto Amazonas**. Manaus: Associação comercial do Amazonas, 1852 (fac-símile).

BALLÉE, William. Biodiversidade e os índios amazônicos. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de.; CUNHA, Manuela Carneiro da. (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP/FAPESP, 1993.

BARROS, Raimundo Caramuru. Por que a Amazônia está queimando biológica, econômica e politicamente? **Rumos Revista de Cultura**, Brasília, 0(1):3-9, 1989.

CUNHA, Manuela Carneiro da; CASTRO, Eduardo viveiros de. (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: Núcleo de História indígena e do Indigenismo da USP: FAPESP, 1993.

CORTESÃO, J. **História do Brasil nos velhos mapas**. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965.

FERRO, M. **Histoire des colonisations. Des conquêtes aux indépendances XIII^e-XX^e siècle**. Paris: Éditions du seuil, 1994.

FIDELIS, M. de Primeiro. **Os capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX**. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

FRAGOSO, Hugo. A visão da Igreja sobre a conquista dos índios “para Deus e para o Rei”. In: HOORNAERT, Eduardo (Coord.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- HENRI, See. As origens do capitalismo moderno. In: NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil no antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- HOONAERT, Eduardo. **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- LARA, Tiago Adão. **Caminhos da razão no ocidente**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LEVI, Lucio. Nacionalismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1993.
- MACHADO, Lia Osório. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional. 1540-1912**). Universidade de Barcelona, 1989, Tese de doutorado.
- MODDIE, E. Fronteiras e limites. In: **Geografia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- REIS, Arthur César Ferreira. Ingleses, irlandeses e holandeses tentam a primeira surtida. In: **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Manaus: Suframa, 1982.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SCHLESINGER, Hugo ; PORTO, Humberto. Indígenas do Brasil. In: **Dicionário Enciclopédico das religiões**. Petrópolis: Vozes, 1995,
- SILVA, Garcelenil Lago. **Educação na Amazônia colonial. Contribuição à História da educação brasileira**. Manaus, Minter/Suframa, 1982.
- VALENTE, José. **Hoje na vida do Pará**. O Liberal. Belém, 28 de março de 1999.

Recebido em 16 de julho de 2010.

Aprovado em 11 de setembro de 2010.